

MENSAGEM Nº 43 /2024

Maceió, 15 de abril de 2024

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 385/2023 que “*Institui a Política de Ações de Saúde Mental para os integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal, e dá outras providências.*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 385/2023, as imposições previstas no parágrafo único do art. 2º, inciso II e parágrafo único do art. 3º, *caput*, incisos I, II e III e § 1º do art. 4º impossibilitam sua sanção integral, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O Projeto de Lei aprovado busca instituir a Política de Ações de Saúde Mental para os integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militares e Polícia Penal, objetivando garantir a saúde mental e qualidade de vida aos destinatários da proposta.

De modo geral, o projeto respeita as regras constitucionais e infraconstitucionais, porém a temática abordada invade, em parte, esfera de competência privativa do Governador do Estado, na medida em que o parágrafo único do art. 2º, o art. 3º, inciso II e parágrafo único, bem como o art. 4º, *caput*, incisos I a III e § 1º, insertos na proposta, tratam de atribuições, estruturação e, funcionamento de Órgão da Administração Pública Direta ou Autárquica e Fundacional Pública, conforme prescreve o art. 86, § 1º, II, *c e e*, da Constituição Estadual.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar, em parte, o Projeto de Lei nº 385/2023, especificamente os dispositivos retromencionados, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual
NESTA